

Reforma fiscal pode aquecer os negócios

SÃO PAULO — Industriais consideram que a reforma fiscal encaminhada ao Congresso permitirá forte aquecimento da economia. A previsão se baseia no aumento da produção de artigos que tiveram redução de impostos nos últimos meses.

Segundo o vice-presidente executivo da Sadia, Luiz Fernando Furlan, a empresa registrou aumento de 30% no número de abate de bois desde janeiro, logo depois de estados como Paraná, Goiás e Mato Grosso terem reduzido de 17% para 7% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

— O faturamento da Sadia neste setor teve aumento de 12% sobre nossas expectativas. Mesmo com as altas das últimas semanas, o preço da arroba do boi está inferior em cerca de US\$ 15 ao valor histórico de US\$ 18 — ressaltou Furlan.

As montadoras também registraram significativo crescimento nas vendas, depois que o acordo com o Governo, em março, reduziu em 22% os preços dos carros. Nos três primeiros meses após o acordo, as vendas cresceram 22%. Em junho foram ven-

didados 69 mil veículos, quase 130% a mais do que os 30 mil, em março.

Entretanto, mesmo que seja aprovada este ano, a reforma fiscal só entrará em vigor em 1993. A lentidão para a sua aprovação, incluindo a reformulação da Previdência Social, provoca críticas por parte das construtoras. Segundo o economista Eduardo Zaidan, do Sindicato da Indústria de Construção Civil e Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (Sinduscon), os agentes financeiros têm repassado apenas 40% dos recursos previstos em março, devido à queda na arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Desde o início do Governo Collor, o número de empregados do setor caiu de 1,1 milhão para 853 mil. As construtoras estimam que mais de 40 mil trabalhadores poderão perder o emprego nos próximos dois meses, embora não esteja eliminada a possibilidade de aquecimento da economia graças à liberação de verbas federais adicionais, para amenizar as consequências da crise política.